

O MEU 68: UM DEPOIMENTO

Andrea Lombardi

Não é verdade que já não me lembro de nada, as lembranças ainda estão lá, escondidas no novelo cinzento do cérebro, no úmido leito de areia que se deposita no fundo da torrente dos pensamentos – se é verdade que cada grão dessa areia mental guarda um momento da vida fixado de tal modo que já não seja possível apagá-lo, mas sepultado por bilhões e bilhões de outros grãosinhos. Estou tentando trazer de novo à tona um dia, uma manhã, uma hora entre escuridão e a luz no raiar daquele dia... (Calvino: 2000, p.67)

Com essas palavras, Italo Calvino abre seu artigo “Lembrança de uma batalha”, publicado em *O Caminho de San Giovanni*. Conhecemos todos essa dificuldade, a frustração de tentar lembrar, reconstruir, como naquele mágico momento, do despertar, quando tentamos reunir fragmentos de sonhos, com a impressão que o corpo do sonho já desvaneceu. Resta uma grande frustração e uma sensação de nostalgia por algo que aconteceu (ou pensamos que aconteceu) e que não podemos reconstruir. Mas há, também, a atitude oposta, que é uma lembrança aparente, uma reconstrução *a posteriori*, uma ficção que toma conta de nossa memória e que apresenta uma imagem totalmente ficcional, que corresponde ao nosso desejo ou às nossas expectativas de agora, que corrigem nossa memória, limpam-na de atos falhos, erros e momentos de constrangimento – aquilo que Freud chamou de recordação encoberidora.

Gostaria de concentrar minha fala, portanto, não sobre “o que foi *realmente* o 1968” (uma pergunta que, após a crítica ao historicismo por parte de Friedrich Nietzsche, soa ilusória). Gostaria particularmente de enfatizar aqueles elementos que poderão ser de alguma utilidade para nós: *nesse* momento de desenvolvimento da sociedade brasileira,

italiana, internacional: *nesse* momento desse nosso mundo tão apático, tão adormecido, tão reticente e sem vontade de se enxergar em seu vazio, em sua incapacidade de escutar a si mesmo e, tanto menos, o outro, em sua incapacidade de vislumbrar o próprio presente e, portanto, o próprio futuro imediato:

1. Gostaria de fazer uma analogia, pois naquela época, em 1968, éramos nós os novos sujeitos sociais, as novas gerações: o movimento estudantil, os jovens, no mundo inteiro. Assim como hoje há outros sujeitos sociais que se fazem ouvir, aqui no Brasil, os povos nativos, entre outros, (na Itália os imigrantes, inclusive aqueles que escrevem em italiano – *scrittori migranti*), que se apropriam da cultura ou são portadores de uma nova ética, pois precisam transformar o mundo. Eles são portadores de uma visão de mundo diferente, pois vêem de forma diferente e falam de maneiras diferentes. Possuem uma língua diferente e, nas maiorias dos casos, precisam traduzir; portanto, carregam um resto da diferença, da alteridade e de elementos de cultura que nós não conhecemos, ou melhor, não conhecemos *mais*: o contato com a natureza, relação com seu contexto imediato. São eles os representantes do Ocidente, são os representantes daquilo que eu gostaria de definir como *profundo Ocidente*: donos de uma *fala outra*, tão longínqua e tão próxima, mas não ainda ouvida nem de fato escutada; uma fala de um *outro*, estrangeiro, embora seja a fala de um irmão. Uma fala que aparentemente vem de longe, embora parta daqui. Uma fala, em resumo, *diferente*, embora não seja *indiferente*, pois está repleta de afetividade, de historicidade, de gestos e timbres e tons que nós não estamos mais acostumadas a escutar, de cores que não estamos mais acostumados a enxergar. Como disse o filósofo italiano Gianni Vattimo (2007, p. 161):

A cultura dos povos *outros* resta para nós em máxima parte um continente ignorado, do qual falam quase somente os antropólogos que a estudam – que seja: com muita boa vontade – mas sempre de longe... Em todos os textos está viva a nostalgia por uma identidade cultural que aos ocidentais pareceu uma representação da barbárie... Enquanto talvez poder-se-ia afirmar que... Os verdadeiros bárbaros somos nós...

2. O segundo aspecto provém do *meu 68*, pois não há *um* único 1968, mas tantos 68 quantos foram seus participantes e seus protagonistas. A dificuldade de lembrar e a impossibilidade de uma reconstrução objetiva, daquilo que “realmente aconteceu” depende do reconhecimento de uma verdade hoje incontestável: a visão dos fatos muda a partir do ponto de vista do leitor-intérprete dos fatos, da perspectiva histórica, ideológica, pessoal e psicológica que se tem sobre o ocorrido. Afora a diferença natural, provocada pela idade e por uma mudança em nossa posição social, há o problema de estabelecer qual o significado de repensar hoje os eventos que colocamos sob a rubrica de 68, numa sociedade que mostrou de forma inequívoca que se tornou uma *sociedade do espetáculo*, como formulava Guy Débord já em 1967 (1997, p. 13 e p. 30):

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação... O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupa totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura...

È constrangedor verificar hoje como essas palavras de Débord (que li muito depois, não naquela época) identificavam de forma clara e precisa nosso inimigo da época, sem que nos fosse possível então desmascarar, de forma clara, esse rosto anônimo da sociedade. Pois nós lutávamos contra o estado burguês, contra os governos que considerávamos reacionários, contra as atitudes de capitulação dos partidos reformistas (que apelidávamos de “revisionistas”), contra a moral autoritária e não prestávamos muita atenção ao verdadeiro inimigo da época, que estava lá diante de nossos olhos, que mostrava seus sinais por meio da modernização das sociedades: *fast food*, grandes redes de cinemas, aumento do poder da publicidade, perda de significação das estratégias políticas dos governos em prol do aumento substancial do peso dos bancos centrais. Talvez fosse esse o verdadeiro contexto do movimento de 68.

Voltando ao *meu 68*: Acredito que em 68 cometemos *dois* erros (ou dois entre muitos!). O primeiro é que não percebemos que o fascismo, na Itália e na Europa, poderia estar voltando. Ou melhor: todos lutávamos contra o fascismo, mas víamos seu rosto tradicional: os terroristas fascistas (na Itália eram muito organizados), os “saudosos” da ditadura de Mussolini: na maior parte, velhos saudosos dos velhos tempos, como sempre houve e há. Mas estava surgindo um fascismo novo, um *fascismo midiático* (embora a expressão não seja muito precisa), um fascismo aliado à corrupção, nos moldes de alguns regimes da Europa Oriental ou da América Latina, que aliam uma representatividade democrática formal a um controle absoluto dos meios de comunicação, sustentado por uma enorme concentração de meios econômicos (uma indústria de ponta: o petróleo, o gás) e uma proliferação de novas sociedades secretas, organizações de massa de jovens arregimentados ou, pior: serviços de informações, organizações de caráter mafioso. Em 1968 o movimento estudantil criticava na Itália a retórica dos reformistas (tratava-se de nossos pais e nós, por princípio e sempre, éramos contra nossos pais!), que dizia que o fascismo fora totalmente superado. Nosso erro, então, foi não ter *reconhecido os sinais desse novo fascismo*, assim como o escritor Pier Paolo Pasolini dizia, muito claramente já em 1973:

Nenhum centralismo fascista conseguiu fazer o que o centralismo da sociedade do consumo realizou... Hoje a adesão aos modelos impostos pelo Centro é total e incondicionada. Os modelos culturais reais são renegados. A abjura foi realizada. Pode-se afirmar que a ‘tolerância’ da ideologia hedonista que o novo poder incentiva é a pior das repressões da história humana... Por meio da revolução do sistema de informações... por meio da televisão, o Centro assimilou o inteiro País, começando a homologação destruidora de qualquer autêntica concretude... (Apud Berardinelli, 1998, p. 123)

O outro dos equívocos desse *meu 68* está relacionado a um problema hermenêutico, um problema de leitura, que é afinal o nosso tema diário, enquanto professores, trabalhadores da cultura. Na famosa XI Tese sobre Feuerbach, Karl Marx afirma: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; mas o que importa é trans-

formá-lo”. (*Die Philosophen haben die Welt nur verschieden interpretiert; es kömmt drauf an, sie zu verändern*), que interpretamos de forma unânime: “*agora* é necessário transformá-lo”, com uma ênfase no *agora* (o *jetzt* das teses sobre a História de Walter Benjamin), que não constava no texto original.

Esse texto de Marx antecipa uma moda cultural que a época de 68 adotou: o elogio da *Práxis*, da Realidade e da *Verdade*, que – em outro contexto – serviram para recusar a leitura nietzscheana, que sugeria não mais existir uma verdade, em prol do perspectivismo da interpretação. Naquela época não sabíamos que o filósofo alemão Martin Heidegger havia liquidado o problema posto pela XI Tese sobre Feuerbach de Marx com essa frase lapidar: “A frase não tem fundamento” (*Der Satz ist nicht fundiert*). Nós não prestávamos atenção se as frases estavam ou não bem fundamentadas. Defendíamos o engajamento pessoal, o voluntarismo, enaltecíamos a imersão na vida prática. Achávamos que possuíamos *a verdade* e não sabíamos, ou não queríamos levar em conta, que a verdade não existe e que para transformar o mundo é necessário, antes de mais nada, *interpretá-lo*, ou melhor: *lê-lo* de forma livre de ideologias, de preconceitos, de esquematismos. A etimologia de *ler* (*legere* em latim) remete a escolher, recolher que, por sua vez, tem vínculo com a colheita, um gesto atávico e de grande significado por milênios em nossa tradição cultural. Ler o mundo significa, nesta visão, *lê-lo* de forma *radicalmente diferente*. Pois ler o “mundo” (que equivale a ler um texto, ler a fala do *outro*) torna-se produtivo somente quando dois universos são levados a se chocar, entrando em conflito. O universo de significados do texto ou do mundo apresenta-se acompanhado de sua leitura tradicional, ou seja, da leitura canônica, banal, conservadora, dominante e entra em conflito com um segundo universo, que a interpretação nova (criativa, produtiva) efetiva (ou pode efetivar). É essa leitura nova, que destrói o texto para, posteriormente, reconstruí-lo em seu próprio movimento de constituição, que vai impor ao texto tradicionalmente lido uma *nova interpretação ou leitura*. Dessa forma, o texto tradicional e canônico, junto com suas leituras tradicionais e canônicas tornar-se-ão, após a *investida* da nova crítica, devedores daquela nova interpretação. Com isso, o texto e, como ele, o *mundo* que foi herdado *irão transformar-se*. Dito

de outra forma, para usar as palavras de Guy Débord (1967, p. 151) em *A sociedade do espetáculo*: “O primeiro mérito de uma teoria crítica é fazer aparecerem ridículas, de imediato, todas as demais...”

Em seu radical ato hermenêutico, o leitor abre uma possibilidade (que é uma necessidade) de escolha, ao mesmo tempo, ética e jurídica, pois a nova interpretação retroage sobre a velha leitura do mundo *como um todo*. E *nisso*, o texto torna-se performático, ou seja, as palavras tornam-se parte da nova leitura do mundo, as palavras tornam-se coisas. O velho mundo se revira, por meio das palavras e, nisto, ele se transforma.

A nova leitura, que deve ser nova, criativa, paradoxal, aporética, poética, contestadora, abre uma prática de liberdade que levará a um efeito duplo: sobre o sujeito que lê, reforçando sua identidade (em contínua transformação) e sobre os leitores vindouros, condicionando sua futura leitura. Pois um texto novo e criativo, como afirmaram, entre outros, Jorge Luiz Borges e Harold Bloom, dois críticos cruciais (leitores, ainda que não propriamente filósofos), transforma o mundo do passado e o condiciona, afirmando assim uma *ética da leitura*.

Afora esses dois equívocos tão relevantes, diria que, para mim, o 68 foi, paradoxalmente, o ano que veio após 1967, que por sua vez foi o ano que seguiu 1966. Antes desse ano havia 1965 e, antes ainda (na origem de tudo) 1964. Por que essa seqüência? Por que foi em 1964 que eu comecei a me envolver com política. Meus pais eram ambos socialistas, engajados, dois parentes foram deputados na Assembléia Constituinte de 1946, tive uma tia, Vera Lombardi, que se tornou aos 82 anos, a vereadora mais idosa eleita na cidade de Nápoles: “*A Pasionária de Nápoles que voltou às barricadas*” – *essa era a manchete nos jornais em 1987*. Provavelmente comecei a me envolver na política por causa da família (e também, possivelmente, por ser de origem judaica). Mas eu o fiz às escondidas, sem que minha família soubesse. Tornei-me comunista, então, por achar que o comunismo era uma espécie de atalho e achava que tínhamos que dar nossa contribuição, para que JAMAIS a barbárie anti-semita pudesse retornar.

Talvez o tom certo para esse texto não deva ser enfático, solene, sentencioso como até aqui. Talvez se deva partir de uma simples cons-

tatação: de que falar de *revolução*, a propósito do movimento de 1968, significa evocar uma palavra que designa um movimento físico, um movimentar-se, um *twist* (como cantavam os Beatles na época). Revolução significa, etimologicamente, algo que se revira, que retorna. Galileu usou essa palavra para indicar o movimento (a “revolução”) dos astros. Maquiavel usou-a também, para indicar os empecilhos que se opõem à *fortuna*: os problemas, as guerras, os movimentos sociais e institucionais. A palavra revolução, além disso, foi usada para designar mudanças na concepção científica do mundo, no século XVII e para caracterizar o processo da industrialização, no século XIX. O conceito de revolução, finalmente, no Brasil, foi usado pelos militares, para designar o *golpe* de 1964: de fato uma contra- revolução que pôs fim a uma democracia. E o movimento de 1968 foi ou não uma revolução? De certa forma, sim. Por outro lado, o problema é irrelevante, pois o 68 foi um grande movimento, que trouxe milhões de pessoas para as ruas, para formar “coletivos” (ou seja, em italiano: grupos de discussão), “comunas” (ou seja: grupos de habitação coletiva, no Brasil, chamados “repúblicas”), movimentos “extra-parlamentares”, que buscavam caminhos políticos fora das camisas-de-força dos partidos tradicionais. De fato, foi uma revolução dos hábitos, mais do que uma revolução política: mudou o corte dos cabelos dos homens (a partir dos Beatles) e das mulheres, mudou a moda, além da mini-saia, muitos andavam com roupas velhas ou diferentes, propondo outros parâmetros, menos formais, para a vestimenta do dia a dia; mudou a forma de os jovens se relacionarem com figuras de autoridade (começamos utilizar o tratamento informal para nos dirigir aos professores, aos políticos, aos membros das gerações precedentes). O que mais? O 68 foi fundamental para mudança na sexualidade. Talvez seja essa a contribuição mais importante. Na Itália, o divórcio foi introduzido em 1970, o aborto em 1974: efeitos mais visíveis de uma mudança muito mais profunda.

* * *

No *meu* 68 há uma seqüência numérica. Em 1964, quando havia uma reunião na célula do partido, éramos entre três e cinco a vender o

jornal aos domingos na favela de Spinaceto, na periferia romana. Sendo o mais moço, eu era o que arrecadava mais dinheiro. Quando, porém, havia reuniões em 1965, na outra célula do partido, ao qual eu pertencia, então, éramos já uns cinco ou seis (um aumento significativo). Em 1966, quando participei da Marcha pela Paz (de Milão a Roma a pé: eu participei de Florença e caminhei uns 300 km, ou mais) éramos uns cinquenta ou mais na caminhada e, nas maiores cidades, chegou-se até a 10 mil pessoas, por nossa grande surpresa. Em 1967, porém, após ter abandonado o Partido, mais precisamente, em nove de outubro de 1967, quando os tambores do movimento nos avisaram (telefonemas, visitas pessoais) da morte do *Che* Guevara, houve uma manifestação espontânea: milhares de jovens na Praça Mastai, no popular bairro de Trastevere em Roma. Era uma segunda-feira -, um dia difícil para se reunir pessoas. Nem lembro quem me avisou. Estávamos lá, sem palavras, com raiva, chorando. Pois o Che já representava algo para todos: inconformado com a União Soviética (que nos parecia conservadora, moralista e autoritária), ele deixara Cuba também, deixara de ser ministro, para retomar a luta. É por isso que 1968 é o ano que vem depois de 1967, que para mim foi o ano que veio depois de 1966, que veio depois de 1965, que veio depois daquele que foi o ano do meu engajamento político, 1964.

Na verdade, 1968 deveria ser lembrado como o primeiro movimento realmente globalizado. Pois insurgiram-se jovens em Roma, como em Paris e Londres, em Berlim, como na Cidade do México, nos EUA e no Brasil. Os que se insurgiam, participavam de assembleias, reuniões, mimeografavam, incansáveis, panfletos, pichavam paredes, realizavam barricadas, planejavam ocupações, mobilizavam outros com telefonemas, cartas e outros meios (...mas ainda sem a internet) sentiam-se parte de um grupo único. Não estávamos mais divididos em estados nacionais. Essa sensação hoje muitos podem sentir navegando na internet, usando o skype ou viajando nas férias. Nós falávamos uma mesma língua e sabíamos que nossos gestos iam ser copiados por outros jovens e que nós também copiávamos os gestos de outros. E isso era bom.

1968 foi também o ano em que fui preso (ao todo fiquei somente vinte dias na prisão, um período curto, mas que pareceu bem mais

longo). Na universidade fizeram uma pichação em que se lia *ABAIXO LOMBARDI*, um ataque ao diretor da Faculdade, Franco Lombardi, professor de filosofia e... meu pai! Mas da noite para o dia a pichação foi alterada para *VIVA LOMBARDI*. Foi também o ano em que fiz as provas finais do curso de música no Conservatório “S. Pietro a maiella” em Nápoles. Foi o ano em que fui enviado por meus pais para a Alemanha, para Marburg (talvez para me afastar do engajamento político), onde acabei me tornando o primeiro dos agitadores políticos da cidade e organizei a primeira greve geral com 30 mil pessoas. Foi em 68 que adquiri maturidade, assim eu pensava.

1968 não é definível em palavras. É como um rio que enche, avança e arrasta tudo: arrastou amigos da minha infância, conservadores que, de repente, começaram a brincar de revolucionários (para depois tornarem-se novamente conservadores; hoje votam certamente em Berlusconi, de forma convicta. Foram milhões nas ruas, nas praças. Para mim, que, nos anos anteriores, tinha participado de um movimento só com cinco ou dez militantes foi uma surpresa, assim como foi uma surpresa para todos, pois ninguém esperava aquilo. 1968 foi um verdadeiro movimento: *Twist and shout* era a música dos Beatles. Nós todos aprendemos a gostar do *twist*, do movimento e do *shout*, do grito. Mesmo que 68 não tenha trazido nada demais, permitiu uma ginástica intelectual.

Se pensar que era possível transformar o mundo (sem interpretá-lo) tiver sido errado e se tiver sido errado pensar em agir, sem refletir, pelo menos, o engajamento político pôde servir para transformar-nos a nós mesmos. O engajamento que não seja preso a esquemas (sempre é bom lembrar) é indispensável para evitar que se caia na mesmice, que se acomode às visões de mundo alheias. Não há nada de ideológico nessa atitude. Há simplesmente a afirmação de que a leitura do mundo, assim como a leitura do texto, deve ser realizada de forma polêmica, rebelde, para que, do conflito com o texto e sua interpretação corriqueira e tradicional surjam novos caminhos e novas formas de pensar.

Referências bibliográficas

- BERARDINELLI, A. *Autoritratto italiano*, Roma: Donzelli, 1998.
- CALVINO, I.O *Caminho de San Giovanni*. Trad: R. Barni, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DÉBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- VATTIMO, G. *L'Espresso*, 20-09-2007.